

SUCESSÃO

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Banco Central informa que terá dificuldade para cumprir as metas de ajuste fiscal acertadas com o FMI. E que vem por aí mais aumento de gasolina, energia elétrica e gás de cozinha. Mais um golpe na campanha presidencial de Serra

Muro contra o crescimento

Evaristo Sá / AFP



EQUIPE DO MINISTRO PEDRO MALAN NÃO ABRE MÃO DE CUMPRIR METAS COM O FMI E PREVÊ ALTAS QUE PREJUDICARÃO CAMPANHA DE SERRA

atraso — é apontada como o principal empecilho para o BC cumprir as metas com o FMI e o grande responsável pelo aperto que o governo poderá impor à economia, freando o crescimento.

Na opinião de Hermann Miranda, diretor da Corretora Li-

quidez, essa situação "assusta" o mercado financeiro, que acompanhará com a mesma apreensão a campanha eleitoral e a crise argentina. "Vamos ter momentos delicados pela frente", diz.

COFRES ABERTOS

Que chama a atenção nos números divulgados pelo BC é que o próprio governo federal é o principal responsável pela redução do superávit primário no primeiro trimestre deste ano. Em março, o Tesouro Nacional abriu os cofres e liberou R\$ 1,2 bilhão (10,5%) a mais que em fevereiro para tocar obras e programas do governo. Nas empresas estatais federais, a retomada dos investimentos provocou um déficit de R\$ 4,768 bilhões entre janeiro e março. As estatais, porém, caíram na malha fina do Banco Central.

"Tivemos que suspender esses investimentos", admitiu Lopes.

Arrumadas as contas das estatais, o governo terá ainda que agir em outra frente para compensar perdas de receita. A partir de abril, o governo federal já não pode contar com receitas extraordinárias como o Imposto de Renda dos fundos de pensão. Nos primeiros três meses do ano, esse ganho extraordinário chegou a R\$ 3,3 bilhões, informa o Banco Central. De abril a junho, os fundos farão apenas os acertos finais com a Receita Federal. "Mas não se repetirá o quadro dos três meses anteriores", disse Lopes.

RISCO ARGENTINA

O chefe do Departamento Econômico do BC disse que a busca de fontes alternativas de receitas para cumprir as metas fiscais não afetarão, em princípio, os sinais de retomada do crescimento constatados pelo banco por meio da expansão do crédito e da queda dos juros ao consumidor e às empresas. Sobre isso, porque os riscos de o Brasil não cumprir o acordo com o FMI sur-

giram em um momento em que a crise argentina recrudescer.

Se o cenário externo se agravar — há muita inquietação com os preços do petróleo —, o Comitê de Política Monetária (Copom) deverá manter, em maio, a taxa básica de juros (Selic) em 18,5% ao ano. A manutenção dessa taxa encarece o financiamento da dívida pública, que fechou março em R\$ 680,710 bilhões, equivalentes a 54,5% do Produto Interno Bruto (PIB). E agrava a situação fiscal. Apenas nos primeiros três meses deste ano, o governo gastou R\$ 19,843 bilhões em juros da dívida. Nos doze meses terminados em março, as despesas com juros atingiram R\$ 92,075 bilhões.

Para o diretor do Banco Paulista, Álvaro Augusto Vidigal, o momento é preocupante, mas não de pânico. A seu ver, o mercado está procurando interpretar as dificuldades anunciadas por Altamir Lopes como uma forma de o governo pressionar o Congresso a aprovar a prorrogação da CPME. "Não é hora de se criar incêndios, pois o cenário já está pegando fogo lá fora", alerta o executivo.

SERRA MINIMIZA PROBLEMAS COM MALAN

Tentando minimizar as diferenças de opinião com a equipe econômica, Serra reafirmou que em relação à política de governo não abre mão de três critérios: câmbio flutuante, meta inflacionária e austeridade fiscal. Em conversas com políticos, ele faz questão de dizer que mantém conversas quase diárias com o ministro. "Não há antagonismo entre os dois", emendou o presidente do PSDB, deputado José Aníbal (SP), ao comentar que Serra não teria ficado aborrecido com a declaração de Malan que, sem citar o nome do senador, disse que o candidato do governo precisa ter maior grau de "afinidades eletivas" com o programa econômico do presidente Fernando Henrique. (Agência Estado)

Novos aumentos até junho

Os consumidores podem preparar o bolso. Como se não bastasse o aumento de impostos e corte nos investimentos do governo para garantir o cumprimento das metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central divulgou ontem previsões assustadoras de novos aumentos de preços. Até o fim deste ano, a gasolina ficará 4,9% mais cara, as tarifas de energia elétrica terão reajuste médio de 15% e o gás de cozinha, de 14% (totalizando 30% no ano). Isso, se não houver nova disparada nos preços do barril do petróleo no exterior, por causa da crise no Oriente Médio e na Venezuela.

Com esses aumentos, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará, pelas contas do BC, entre 4,5% e 5% em 2002, conforme a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada na semana passada. No encontro anterior, em março, o Copom projetava uma inflação menor: entre 4% e 4,5% neste ano. A meta de inflação acertada pelo governo com o FMI, porém, era menor ainda: 3,5%, podendo oscilar em dois pontos percentuais para cima (até 5,5%) ou para baixo (1,5%). O mercado financeiro já aposta no estouro de todas as metas. Os preços administrados (que de-

pedem de sanção governamental) respondem por 30% da composição do IPCA.

Foi essa estimativa de inflação mais alta o ponto central para o Copom manter a taxa básica de juros, a Selic, em 18,5% ao ano. "Em março, os preços administrados e monitorados (pelo governo) aumentaram 0,95% em função, principalmente, dos reajustes de derivados de petróleo e energia elétrica. Para abril, os aumentos da gasolina, de 10,4%, e do gás de cozinha, de 10,25%, irão elevar o índice de inflação", diz a ata do Copom. A projeção dos principais bancos de investimentos é de um IPCA de 1% somente neste mês.

MALAN X SERRA

O documento assinado pela diretoria do BC alerta que a concentração dos reajustes da gasolina, do gás de cozinha e da tarifa de energia se dará entre abril e julho. Antes, portanto, de a corrida eleitoral entrar na fase da campanha pela TV. Mas, na avaliação do Copom, independentemente da disparada dos preços administrados — motivo da mais nova discórdia entre o candidato do PSDB à presidência da República, José Serra, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan —, a produção econômica seguirá em recuperação gradual, iniciada no último tri-

mestre de 2001. Essa reativação está visível, segundo o Copom, no aumento da procura por crédito e na redução dos índices de inadimplência.

A primeira confirmação oficial de alta da inflação em abril foi dada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA-15, que mede o comportamento dos preços entre a última quinzena de um mês e a primeira quinzena do outro, alcançou 0,78%. Foi a maior taxa registrada desde novembro de 2001, quando o índice cravou 0,99%. A grande vilã do IPCA-15 foi a gasolina, cujo reajuste nas bombas chegou a 9,52%. (VN e MR)

NUVENS CARREGADAS

ACORDO COM O FMI

O governo corre o risco de, pela primeira vez, não cumprir as metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no fim de 1998. No primeiro trimestre deste ano, o superávit fiscal do setor público ficou em R\$ 11,555 bilhões, apenas R\$ 155 milhões acima da meta. Vinha sendo prática o governo registrar superávits com grande folga. O desempenho das estatais federais foi o principal fator para a redução do superávit fiscal nos primeiros três meses deste ano. Essas empresas contabilizaram, no período, déficit de R\$ 4,768 bilhões. Também contribuiu para a queda do superávit o aumento de R\$ 1,2 bilhão (10,5%) nas despesas do governo federal. Quase R\$ 6 bilhões destinados a obras do governo. O Banco Central informou que, para atingir as metas fiscais com o FMI, o governo poderá aumentar impostos e cortar gastos.

DÍVIDA PÚBLICA

Os gastos do governo com os juros da dívida pública totalizaram R\$ 92,075 bilhões nos doze meses terminados em março. Com a perspectiva de alta da inflação, provavelmente o governo só poderá reduzir os juros a partir de julho. A dívida pública fechou o primeiro trimestre em R\$ 680,710 bilhões.

INFLAÇÃO

O Comitê de Política Monetária (Copom) informou que os preços da gasolina, das tarifas de energia elétrica e do gás de cozinha vão subir ainda mais. Até o fim deste ano, a gasolina ficará 4,9% mais cara, as tarifas de energia elétrica terão reajuste de 15% e o gás de cozinha, de 14% (totalizando 30% no ano). Em março, os preços administrados e monitorados (pelo governo) aumentaram 0,95% em decorrência, principalmente, dos reajustes de derivados de petróleo e energia elétrica.

Para abril, os aumentos da gasolina, de 10,4%, e do gás de cozinha, de 10,25%, irão elevar o índice de inflação. O mercado financeiro aposta que o Brasil vai, pelo segundo ano consecutivo, estourar todas as metas de inflação. Segundo as regras definidas pelo BC, a meta de inflação deste ano é de 3,5%, podendo oscilar dois pontos para cima ou para baixo. Os principais bancos de investimentos já falam em um Índice de Preços ao Consumidor - Ampliado (IPCA) de 5,8%.

CRISE EXTERNA

Apesar da retomada do crescimento no primeiro trimestre, ainda existem riscos no cenário internacional. O principal deles é a grande volatilidade dos preços do petróleo, por causa das crises no Oriente Médio e na Venezuela. Também o agravamento da crise argentina assusta o governo e o mercado. Segundo o FMI, o Brasil não está livre de um contágio do país vizinho.